

## Política

CONSTITUINTE

## Maciel deseja redefinir partidos

por Valério Fabris  
de Brasília

Marco Maciel

A Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 15 de novembro, pode enfrentar enormes dificuldades de deliberação. Nela talvez não se consiga a organização de maiorias claras, resultado da excessiva "atomização" partidária.

O temor foi manifestado, em entrevista a este jornal, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ao destacar que a legislação eleitoral determinou, pelas exigências mínimas para concorrer ao pleito, uma "irresponsabilidade partidária".

Maciel teme que a Constituição possa transformar-se em uma "colcha de retalhos", com um texto até contraditório e refletindo um "quadro muito variado de preocupações". Ele recorda que, nos últimos cinquenta anos, o País contou com dez Cartas Constitucionais e duzentas emendas. "O que isso significa? Uma instabilidade institucional. Precisamos ver se, agora, superamos isso."

O ministro diz que as crises nacionais acontecem no plano dos poderes. Seria, a seu ver, necessário deslocá-las para o âmbito dos partidos, que são os adequados canais para os conflitos inerentes ao processo democrático. "Os partidos praticamente desapareceram. Para fazer com que eles efetivamente desaparecessem só faltou, na legislação brasileira, autorizar o candidato avulso. Acho que estamos diante de um fato consumado. E, como diria Petrônio Portella (ex-ministro da Justiça, falecido em 1981), não adianta querer agredir os fatos".

## MUDANÇAS

Em síntese, o articulador político do governo na Nova República acha que o País vai realizar eleições sem partidos. "Conseqüentemente, serão eleições sem nitidez pragmática." Para "não chorar o leite derramado", aduziu Marco Maciel, torna-se indispensável que a Assembleia Nacional Constituinte procure corrigir as falhas cometidas, dedicando um espaço para a redefinição da organização partidária. Trata-se, como disse ele, de uma tarefa que terá de ser desempenhada, sem prejuízo da grande amplitude de temas com a qual os constituintes vão se defrontar.

Ele acha que as forças do Congresso trabalharam, na lei eleitoral, com "uma perspectiva muito imediatista" em meio ao curso liberalizante das forças políticas propiciado pela Nova República. "Confundiram liberdade de organização partidária com derrogação dos partidos." O ministro-chefe da Casa Ci-

## "Estamos unidos e articulados"

por Valério Fabris  
de Brasília

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, negou procedência aos rumores sobre divergências que teria em relação ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Ele disse que não iria à reunião do presidente Sarney com os ministros, em Carajás, no último fim de semana, somente porque havia programado viagem para Recife, onde trataria da sucessão ao governo do estado com as lideranças do seu partido, o PFL.

"Já há quinze dias não ia ao meu estado. Como se tratava de um fim-de-semana, julguei

que poderia viajar. Mas o presidente Sarney fez um apelo para que eu comparecesse a Carajás. O Plano Cruzado é executado, basicamente, pelos ministros da área econômica, de modo particular por Funaro (Fazenda) e João Sayad (Planejamento). Conseqüentemente, minha presença na reunião não era fundamental. O presidente achou que era importante que eu o acompanhasse plano e seus desdobramentos, já que venho acompanhando-o desde o nascedouro. E aí aquelesci à recomendação do presidente e mudei a minha rota. Mas nenhuma outra razão, a não ser a viagem a Recife, motivava o meu gesto."

Maciel, na prática, compareceu ao encontro e ainda se tornou o porta-voz dos membros do grupo da sabatina ao falar, na manhã de sábado, antes portanto que a reunião se iniciasse, junto aos jornalistas, em um rápido "briefing".

O chefe do Gabinete Civil nega, também, que esteja entrando em choque com titulares de outras pastas do gabinete presidencial, ao alterar projetos que lhe chegam às mãos. "A maioria dessas críticas não tem fundamento. E talvez até se expliquem pelo fato de se querer encontrar, a todo custo, divisões e dificuldades no governo. Estamos unidos e articulados."

tência dos partidos como instituições de direito público. Ainda que o ministro confira especial ênfase aos partidos, ele espera que a Constituinte redesenhe a fundo a moldura dos poderes. Adepto do sistema presidencialista, o ministro-chefe da Casa Civil admite que, em relação ao Legislativo e ao Judiciário, há uma assimetria do Executivo, de origem histórica. No Brasil, o estado surgiu antes da nação.

Há quem pretenda, como identifica ele, estabelecer a simetria retirando poderes do Executivo. Sua proposta é ampliar a massa de poderes do Executivo e do Legislativo, no último caso contemplando, inclusive, a restauração das prerrogativas do Parlamento. Seria preciso, ainda, aparelhá-

los para que consigam acompanhar a velocidade das transformações da sociedade. O ministro recorre a um neologismo de sua autoria — a "equipotência dos poderes" (assegurar a mesma massa de poder para cada um), um conceito que iria além da "equivalência" — para exprimir a essência do que pensa para a Constituinte.

Ele detém-se em argumentar que, na sociedade contemporânea, é um fato plenamente aceitável que ao Executivo caiba, em escala crescente, a iniciativa de leis. O Parlamento manterá seu papel "legiferante", mas o principal escopo de sua atuação seria funcionar como um fórum de debates, fiscalizar a administração pública, mas não de modo apenas penal, "a

posteriori". Seria, como descreveu Maciel, um acompanhamento de toda ação governamental, avaliando e alterando orçamentos; fiscalizando as distorções no cumprimento dos planos nacionais e regionais. A tendência mundial, como analisa Maciel, é de o Congresso ceder ao Executivo a iniciativa do envio de mensagens de lei.

"Exige-se, hoje, um Executivo presto, pronto, ágil" para fazer frente à complexidade dos fenômenos sociais, ao progresso das comunicações em um mundo crescentemente informatizado. "Não quero dizer que o Congresso não tenha um papel muito relevante a cumprir, mas é um papel de avaliação dos fatos, as prioridades mais importantes em dado momento,

dos caminhos a serem percorridos e, uma vez adotados os caminhos, se eles foram trilhados pelo Executivo."

## O PARLAMENTARISMO E O PLANO CRUZADO

O plano de estabilização da economia, como concluiu Marcos Maciel ao meditar sobre seus efeitos, subjacentemente fortaleceu os que preferem o presidencialismo como sistema de governo. Não somente Sarney mas também os partidos da Aliança Democrática saíram robustecidos com o sucesso do Plano Cruzado. O ministro considera que, ademais, o parlamentarismo é respaldado no princípio de instituições fortes. Implica, igualmente, "uma administração mais profissionalizada, que ainda não temos".

"O parlamentarismo requer estruturas partidárias muito sólidas e com maiorias parlamentares bem nítidas para que se assegure o mínimo de estabilidade. O que sugere, em termos de parlamentarismo, que no Brasil nunca é aquilo que seria um verdadeiro parlamentarismo. Agora mesmo, as propostas que estão em discussão levariam, se aprovadas, a uma ditadura do Congresso, por oposição à ditadura do Executivo que acontece com o presidencialismo forte. O que se pensa é evitar a possibilidade de o gabinete dissolver a Assembleia ou o Congresso", disse Maciel. Ele, com uma ponta de ironia, lembra que o sistema parlamentarista repousa também na recíproca, isto é, a de a Assembleia dissolver o Gabinete.

Acos relaminados de ba  
carbono. Centro de Serv

ANC 88

Pasta Junho/86

009